

**OS DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA NA  
*INTERNET*: EVIDÊNCIA EMPÍRICA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

**LOS DETERMINANTES DE LA DIVULGACIÓN DE INFORMACIÓN FINANCIERA A  
TRAVÉS DE *INTERNET*: EVIDÊNCIA EMPIRICA EN LOS AYUNTAMIENTOS  
PORTUGUESES**

**Wilson Caleja Pires**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão  
Instituto Politécnico de Bragança

**Nuno Adriano Baptista Ribeiro<sup>1</sup>**

Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão  
Instituto Politécnico de Bragança

**Susana Margarida Faustino Jorge<sup>1</sup>**

Professora Auxiliar da Faculdade de Economia  
Universidade de Coimbra

<sup>1</sup> NEAPP – Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas, Universidade do Minho

**Área temática:** F) Sector Público.

**Palavras-chave:** Divulgação de informação financeira; *Internet*; Municípios; Informação financeira pública.

# OS DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA NA *INTERNET*: EVIDÊNCIA EMPÍRICA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

## RESUMEN

La Administración Pública, en general, y los ayuntamientos en particular, tienen cada vez más consciencia de que la divulgación de información es un factor determinante para mejorar la participación activa de los ciudadanos, la eficiencia de los resultados y la transparencia.

La *Internet* es un buen medio de divulgación y en este sentido la presente investigación tiene como objetivo estudiar, para el año de 2010, los determinantes de la divulgación de información financiera a través de *Internet* por los ayuntamientos portugueses.

Se calculó un índice de divulgación de información, considerando los requisitos exigidos por el Tribunal de Cuentas y se utilizó el modelo de *Poisson* para validar el conjunto de hipótesis especificadas. Los resultados de la estimación del modelo nos permitieron comprobar que existe una relación estadísticamente significativa entre la divulgación de información financiera a través de *Internet* y la población, la ideología política, así como el nivel de endeudamiento del ayuntamiento.

## RESUMO

A Administração Pública, no geral, e os municípios em particular, tomam progressivamente consciência de que a divulgação da informação representa um fator determinante para a melhoria da participação ativa dos cidadãos, da eficiência de resultados e da transparência.

A *Internet* poderá ser um excelente meio de divulgação, pelo que a presente investigação tem por objetivo estudar, para o ano de 2010, os determinantes da divulgação de informação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses.

Foi calculado um índice de divulgação de informação, atendendo aos requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas e utilizou-se o modelo de *Poisson* para validar as hipóteses definidas. Os resultados da estimação do modelo permitiram verificar que existe uma relação estatisticamente significativa entre a divulgação da informação financeira na *Internet* e a dimensão populacional, a ideologia política, bem como o nível de endividamento líquido do município.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, a *Internet* revela-se, cada vez mais, como uma ferramenta fundamental para a divulgação universal da informação. No que respeita à partilha de informação financeira, o uso da *Internet* permitiu um aumento muito significativo da sua disponibilização (Cabedo & Ponte, 2002).

A modernização dos sistemas da Administração Pública (AP) permitiu o desenvolvimento exponencial da sua eficiência e transparência. Esta sucessiva evolução converge para o estabelecimento de uma Sociedade de Informação (Fuentes, 2001). Este fenómeno define-se pela maior responsabilização, verificando-se um processo de mudança onde as novas tecnologias se destacam como sendo uma ferramenta muito utilizada. Este novo paradigma distingue a informação como um bem precioso, essencial para a implementação de uma Sociedade de Informação. Para muitos autores, o impulso da divulgação da informação tem origem na aposta nas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC).

A *Internet* contribuiu assim para o desenvolvimento da Sociedade de Informação a vários níveis, podendo ser realçada a divulgação de informação. A AP no geral, e os municípios em particular, tomam progressivamente consciência de que a divulgação da informação representa um fator determinante para a melhoria da participação ativa dos cidadãos, da eficiência de resultados e da transparência. A diferenciação entre municípios mais e menos transparentes pode ser feita analisando quais são aqueles que primam por divulgar mais informação.

A modernização da economia, os critérios socioculturais, assim como as ligações relacionais a nível mundial, conduziram a que muitos conceitos e práticas fossem adotados a nível global. Por exemplo, o modelo anglo-saxónico *New Public Management* (NPM) tem sido utilizado em diversas AP, essencialmente em países europeus do norte. Isto significa que a NPM integrou o programa *New Public Financial Management*, o que proporcionou reformas na contabilidade pública e de reporte financeiro. Tal como no setor privado, a dimensão da contabilidade pública tende a convergir para uma dimensão internacional. Neste sentido, a contabilidade pública assume, cada vez mais, uma dimensão internacional (Fuentes, 2001).

Neste contexto, a motivação que levou ao estudo dos determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet*, foi a importância crescente dos procedimentos de comunicação no setor público, nomeadamente na divulgação de informação financeira. Consideramos assim pertinente, dada a conjuntura atual, e a escassez de estudos no âmbito da divulgação da informação financeira a nível local em Portugal, analisar as práticas de divulgação de informação financeira nos municípios portugueses. Este trabalho procura contribuir para o enriquecimento da literatura sobre a divulgação da informação financeira na *Internet*.

Com este trabalho de investigação pretende-se definir um modelo que identifique, de entre alguns, os determinantes da divulgação de informação financeira na *Internet*, pelos municípios portugueses. No âmbito desta investigação, foram estabelecidos objetivos complementares, no sentido de ressaltar a importância da divulgação da informação. Procedeu-se à distinção dos documentos divulgados por natureza, o que levou a determinar categorias de informação, designadas por subíndices. Esta classificação da informação permite medir o nível de divulgação da informação orçamental, patrimonial, de gestão, outra informação bem como aquela que é divulgada desde do ano 2007, e verificar qual delas é a mais divulgada.

Para atingir estes objetivos é necessário responder a perguntas tais como: que tipo de informação é divulgada pelos municípios? Qual é o nível de divulgação da informação

financeira na *Internet*? Quais são os fatores que influenciam a divulgação da informação financeira na *Internet*, pelos municípios?

Para a consecução dos objetivos definidos, o trabalho é constituído por duas partes distintas, além desta introdução e das conclusões.

A primeira parte trata do enquadramento teórico, pelo que será apresentada uma revisão de diversos estudos empíricos, assente numa classificação por critérios de análise. A segunda parte apresentará a definição da metodologia e a apresentação dos resultados.

Finalmente, serão apresentadas as principais conclusões do estudo, bem como algumas limitações e linhas de investigação futura.

## **2. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NA *INTERNET* PELAS AUTARQUIAS LOCAIS**

### **2.1. A qualidade da informação**

A qualidade da informação divulgada tem sido alvo de vários estudos ao nível internacional, pelo que evidenciamos, neste ponto, alguns que nos parecem importantes.

Ingram (1984) e Robins & Austin (1986) estudaram a qualidade da informação, utilizando para o efeito o método dos fatores e componentes principais. No primeiro trabalho, identificaram-se características que explicam o facto de haver divergência entre o tipo e a quantidade de informação contabilística, disponibilizada nos relatórios financeiros dos Estados. Os fatores identificados como influenciadores da qualidade da informação foram a coligações dos partidos, o processo de seleção da administração, a fonte de informação alternativa, bem como os incentivos à gestão. Robins & Austin (1986) estudaram apenas três fatores, que foram as coligações dos partidos, os incentivos à gestão e o poder administrativo. Os resultados obtidos em relação ao modelo de definição do índice com medida composta e medida unidimensional não diferem. Isto é, a forma de medição da qualidade em relação à informação mais detalhada e a relevância dos documentos em análise tendem a não afetar, substancialmente, os resultados de possíveis determinantes da divulgação de relatórios financeiros governamentais.

Ryan, *et al.* (2002) realçam a importância da evolução verificada nos três anos do período de análise, onde a qualidade da divulgação de informação aumentou. Observaram que a informação financeira é mais completa que a informação não financeira, e que esta última ainda é escassa. Por isso, a informação é considerada, no setor público, ainda como um problema. Concluíram também, que os municípios com maior capacidade em obter receitas próprias ou impostos estatais, terão possibilidades acrescidas em disponibilizar relatórios de qualidade. Por último, estes autores destacaram a importância do contexto jurídico como fator influenciador da qualidade de informação. Deixaram a nota de que seria interessante desenvolver um índice de responsabilização, o que permitiria analisar diferentes países, considerando o sistema de informação implementado em cada um deles.

Vários outros estudos podem ser enquadrados nesta teoria, sendo de destacar os de Brusca & Montesinos (2006), Rodríguez, *et al.* (2006), Bailoa & Silva (2007), DeKruif (2007), Dawes (2010), Johansson & Siverbo (2009), Leandro *et al.* (s/d), Lourenço, *et al.*, (2011) e Lourenço, *et al.* (2010). Embora não sejam estudos diretamente relacionados com a análise da qualidade da informação, mas sim com a capacidade

dos municípios em apresentarem a informação de forma a ser utilizada convenientemente e com alguma qualidade, referenciámo-los neste ponto.

## **2.2. Incentivos à divulgação de informação**

Os estudos identificados com o objetivo de avaliar os incentivos à divulgação de informação foram selecionados e expostos nesta categoria, sabendo que podem ser vistos sobre a forma de incentivos políticos, sociais, financeiros, de entre outros.

Os resultados obtidos por Martani & Liestiani (s/d) enquadram-se na teoria de assimetria de informação. Desta forma, parece que os fatores políticos e económicos influenciam algumas decisões financeiras no setor público. Será necessário examinar, de forma mais aprofundada, a eficácia dos mecanismos que controlam a divulgação de informação, até porque, os autores completaram a análise afirmando que a implementação das normas estabelecidas é considerada parcial, onde os indicadores de gestão são os que menos são divulgados. Este estudo também aponta para alguns incentivos, tais como receitas próprias, nível de dependência do Governo Central e a complexidade do Governo e das autoridades locais, que podem influenciar a qualidade e a implementação de normas.

No que se refere a incentivos, Zimmerman (1977) preconiza a falta de implementação de reformas contabilísticas por parte das instituições governamentais, por essas não serem consideradas como necessárias e não cobrirem os custos correntes. Este autor afirmou ainda que as características das práticas contabilísticas do Governo influenciou a presença ou ausência de incentivos de eleitores para exercer alguma pressão sobre os políticos de forma direta.

Ingram & DeJong (1987) acrescentaram existir uma diferença notável ao nível das práticas de divulgação de informação entre os municípios que aplicam as regulamentações *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) e os que não as aplicam. É natural verificar que o controlo das variáveis políticas e socioeconómicas nos municípios onde não se aplicam as normas GAAP se traduz num nível de divulgação de informação mais baixo. Coombs & Tayib (1998) explicam essa lacuna através do desenvolvimento contabilístico visível que choca com a grande influência dos interesses, dos Governos centrais, do setor privado e grupos de utilizadores. Mas ao conceber um órgão que controle a divulgação de informação, isto induz à presença de informação adicional para os governos com dívidas baixas e não para aqueles que apresentam dívidas maiores (Gore, 2004). Ou seja, a presença de uma regulamentação tem por função atenuar o problema da falta de divulgação de informação, complementada por outros fatores e incentivos que influenciam este resultado.

No estudo apresentado por Alcaide *et al.* (s/d) as conclusões revelam que a condição financeira dos municípios influencia a divulgação de informação. As variáveis financeiras estudadas incentivam os municípios a divulgar mais informação.

## **2.3. Fatores determinantes da divulgação de informação**

Os estudos sobre os determinantes da divulgação de informação financeira na *Internet*, pelas entidades públicas são ainda escassos e têm fundamentalmente origem em países anglo-saxónicos e também espanhóis.

Por exemplo, Allen & Sanders (1994) constatarem que os fatores políticos são preponderantes na evolução das práticas de divulgação de informação financeira, com predominância das GAAP. Em linha com os resultados apresentados anteriormente, Giroux & McLelland (2003) apresentam os responsáveis políticos como agentes principais que influenciam a divulgação de mais ou menos informação na *Internet*. Dos

fatores estudados, apenas a variável estrutura do governo apresenta uma relação positiva, com um resultado estatisticamente significativo, em relação ao índice de divulgação.

Cárcaba&García (2003) afirmam que existe uma relação forte entre o endividamento e a divulgação de informação. Constataram também que a informação de gestão divulgada não o é em grande quantidade. Constatam ainda que existe uma escassez no que respeita à informação disponibilizada dos exercícios anteriores. Marti *et al.* (2009) e Leandro *et al.* (s/d) concluíram que a divulgação da informação mostra níveis baixos e a *Internet* não se revela como uma ferramenta utilizada para disponibilizar informação aos cidadãos.

Numa análise à extensão da informação divulgada, Cabedo& Archidona (2007), Cárcaba& García (2008) e Yu (2010) apresentam conclusões semelhantes no que se refere ao nível de divulgação de informação, isto é os níveis são baixos. Para Serrano *et al.* (2008 a) os municípios com maior dimensão desenvolvem mais os *websites*. A explicação encontrada relaciona-se com o facto de conseguirem obter mais recursos e incentivos no sentido de apresentarem informação mais completa. Yu (2010) acrescenta que o desenvolvimento tecnológico propicia uma maior interação entre os cidadãos e os governantes municipais. Também observou que são fatores influenciadores do nível de divulgação de informação, a competitividade política, a visibilidade do município na *Internet* e o investimento.

Na tentativa de afinar o estudo em relação à conceção do índice de divulgação, alguns autores optaram por criar categorias que se subdividem por natureza dos documentos. Cabedo& Archidona (2007) agruparam-nos segundo os seguintes critérios: informação orçamental, informação financeira, navegabilidade e apresentação, interatividade. Concluíram que a informação orçamental e financeira tem um baixo nível de divulgação. Já Bakar & Saleh (2011) distinguiram alguns itens reunidos em cinco categorias de divulgação da informação: Visão geral (Características da entidade, informação dos anos anteriores); Gestão (Indicadores de gestão); Financeira; Performance (Indicadores de execução, desempenho); Outros (Recursos humanos, distinção dos ativos). Evidenciam-se os documentos financeiros como a categoria que apresenta maior nível de divulgação.

Em termos de desempenho das práticas implementadas e formas de divulgar informação Rueda (2007) refere que no setor privado, a informação financeira na *Internet* se destina aos acionistas, investidores e beneficia a transparência e desenvolvimento dos mercados de capitais. No entanto, as entidades públicas têm um potencial de maiores seguidores de informação, já que a informação se destina, fundamentalmente, aos cidadãos. A utilização da ferramenta eletrónica facilitou e desenvolveu novas práticas de divulgação, aumentou a transparência dos municípios, bem como a melhoria de prestações de serviços.

#### **2.4. Utilização do índice de conformidade**

Como já foi referido, alguns estudos investigaram a informação na perspetiva de constatar a conformidade com uma regulamentação existente. Ou seja, com base no que rege a legislação correspondente, é feito um levantamento para elaboração de um índice de conformidade.

Neste âmbito realçam-se os estudos de Baber & Sen (1984), Ingram (1986), Evans & Patton (1987), Christiaens (1999), Falkman & Thagesson (2005), Benito *et al.* (2007), Marti *et al.* (2009), Ismail & Bakar (2010) e Leandro *et al.* (s/d).

Depois de analisar estes estudos, constata-se que a conformidade é estudada através das normas ou modelos de contabilidade pública implementados nos diferentes países. Segundo Ingram (1986), o estudo entre a conformidade do modelo contabilístico e a medição do risco de exposição dos municípios revela a redução dos custos marginais, bem como um incentivo à determinação de outros modelos. Ainda constata que o facto de procurar um modelo mais eficiente origina custos adicionais.

Evans & Patton (1987) efetuam a análise da conformidade com base na aplicação das normas GAAP, tal com Benito *et al.* (2007) e Caba & Lopez (2009) em relação às IPSAS. Existem evidências de uma relação positiva entre a conformidade e o tipo de governo, a qualidade do gestor, a população (1976-1980) e o endividamento. Em contrapartida, a população (1981-1984), as receitas, a competitividade política e o nível de escolarização apresentam uma associação negativa em relação à conformidade.

Christiaens (1999), apresentam um índice de conformidade por categorias de documentos e informação. Desta forma, as reformas verificadas nos municípios em estudo estão essencialmente relacionadas com a informação orçamental. O autor explica que a informação financeira e patrimonial tende a transpor maiores conflitos devido ao nível de importância de cada natureza de informação. Christiaens *et al.* (2004), tendo por base o índice elaborado por Christiaens (1999), complementaram-no, tentando medir as reformas e as respetivas contabilísticas. Neste sentido definiram um índice contabilístico e outro de gestão. Deste modo, a intenção da investigação foi de preencher o vazio de atividades de avaliação em matéria de reformas governamentais e de criar uma nova perspetiva de avaliação.

Falkman & Thagesson (2005) analisaram a conformidade num contexto estandardizado; isto é, enfatizam a legislação sueca perante as práticas adotadas para impulsionar a divulgação de informação e respeitar um nível de conformidade satisfatório. Porém, verificaram que a conformidade é fraca, tendo por base as normas contabilísticas e a legislação, estabelecendo-se em média nos 70%. Em linha com esta conclusão, o impacto esperado das reformas sobre as práticas contabilísticas foi limitado. Os autores não encontraram uma razão que tenha tido impacto suficiente para enviar estes resultados, mas destacam quatro explicações que consideram fatores explicativos desta baixa adesão. As explicações são as seguintes: falha nas competências, a qualidade da auditoria, a atitude e falta de sanções e práticas e legislação pouco claras.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Objetivos e questões da investigação**

A divulgação da informação financeira, através da *Internet*, tem vindo a desenvolver-se muito por via do quadro legislativo atual aplicado aos municípios portugueses. Muitos organismos debatem a necessidade de definir um modelo que possa convergir para uma estrutura uniforme, o que permitiria assistir a um desenvolvimento mais acentuado.

Neste sentido, o objetivo principal deste estudo consiste em definir um modelo que identifique, de entre alguns, os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses. Através de uma recolha e tratamento dos dados, pretende-se saber de que forma, os vários fatores selecionados, influenciam a divulgação da informação financeira na *Internet*.

Serão criados subíndices de divulgação que permitirão a definição de um modelo mais ajustado às categorias da informação divulgada. A título complementar da análise, o

processo de divisão por natureza da informação visa estudar os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet* por categorias. Desta forma, pretende-se estudar o impacto dos fatores explicativos da divulgação de informação orçamental, patrimonial, de gestão, outra informação, bem como da apresentada nos anos anteriores.

Para definir o modelo de análise, será identificado o nível de divulgação de informação financeira na *Internet* pelos municípios, no ano de 2010. Esta fase permite assimilar os determinantes que possam influenciar a divulgação ou a falta dela.

A recolha e análise de dados será efetuada através da análise dos respetivos relatórios de prestação de contas, divulgados nos portais dos municípios. Neste contexto, para compreensão da realidade, o estudo empírico basear-se-á na elaboração de testes estatísticos com apoio num programa informático especializado para esse efeito. Serão formuladas as hipóteses de investigação, que tentaremos validar através do método quantitativo.

### **3.2. Definição das hipóteses e apresentação das variáveis**

Para a consecução do objetivo do nosso estudo serão, nesta secção, apresentadas as hipóteses de investigação. As mesmas serão definidas tendo por base a revisão de literatura bem como as teorias<sup>1</sup> que poderão enquadrar o estudo.

#### **Dimensão populacional**

A dimensão populacional é frequentemente considerada como uma variável importante, sobretudo no contexto dos determinantes das práticas contabilísticas e da transparência (Christianes, 1999). De notar que os estudos foram convergindo para um único resultado. Isto é que a dimensão de um município pode influenciar positivamente a divulgação da informação financeira, tendo sido Zimmerman (1977) o precursor desta conclusão.

Tal como revela o estudo de Ingram (1984), esta variável é medida pelo número de pessoas residentes nos municípios. De outra forma, a dimensão populacional é vista, por este autor, como um fator que influencia a divulgação da informação no sentido de que quanto maior é a população, mais informação é divulgada.

Também segundo Baber, (1983) a densidade populacional tem efeitos positivos sobre a gestão de informação. Neste sentido, referem que a qualidade da informação é superior nos municípios com maior população. Todavia, Evans & Patton (1987) obtiveram resultados diferentes. Estes autores apontam para uma associação negativa entre a variável população e a divulgação da informação.

Geralmente, os municípios com maior dimensão têm uma responsabilização acrescida, resultando uma procura de informação mais frequente por parte dos cidadãos (Giroux & McLelland, 2003). Assim, as autarquias com maior dimensão são obrigadas a divulgar informação nos *websites*, sendo este meio o que corresponde melhor às necessidades dos cidadãos. Assim, é melhorada a acessibilidade e o atendimento aos cidadãos (Laswad *et al.* 2005), o que fomenta a transparência. Segundo Caba & López (2009), quanto maior for o município, maior transparência financeira apresentará.

---

<sup>1</sup> As hipóteses aqui estabelecidas são associadas, essencialmente às teorias de agência e da assimetria da informação.

De acordo com Ryan *et al.* (2002), a dimensão está associada com a publicação de informação anual nas AL. Cárcaba & García (2008), Serrano *et al.* (2008 b) referem que existe uma associação entre a dimensão e a divulgação eletrónica.

Tendo por base os estudos apresentados, bem como a teoria da agência, definimos a seguinte hipótese:

- **H1:** *Existe uma relação positiva entre a dimensão populacional e a divulgação da informação financeira na Internet.*

### **Ideologia política**

No estudo elaborado por Piotrowski & Ryzin (2007), é evidenciada a relação entre o nível de transparência e a ideologia política. Os resultados evidenciam uma relação negativa entre o partido conservador e o nível de transparência. Os partidos conservadores (de direita) não estão tão propensos em divulgar informação em comparação com os partidos trabalhistas (de esquerda). O facto dos partidos de esquerda idealizarem um Estado mais interventivo, induz a um aumento da transparência. O facto de divulgar mais informação implica uma maior proximidade dos cidadãos com os órgãos no poder (Lourenço *et al.*, 2011). Neste contexto, apresenta-se a seguinte hipótese:

- **H2:** *A ideologia do partido político no governo do município (direita) influencia negativamente a divulgação de informação financeira na Internet.*

### **Competitividade política**

Segundo Baber (1983), quanto maior for a competitividade ideológica, maior é o incentivo à divulgação da informação. Isto é, a relação revela-se positiva entre a competitividade política e a divulgação da informação. Diversos estudos obtiveram as mesmas conclusões, tais como Ingram (1984), Baber & Sen (1984).

Rueda (2007) estudou a divulgação da informação financeira tendo por base a competitividade política do partido em funções. Este autor observou alguns indícios que relacionam os aspetos políticos dos municípios e a divulgação de informação de forma digital. As conclusões apuradas neste estudo são de uma relação positiva entre esta variável e a informação que pode ser divulgada na Internet. O facto de divulgar a informação financeira na *Internet* permite aos políticos transmitirem uma imagem de transparência.

Assim, estabelecemos a seguinte hipótese:

- **H3:** *Os municípios governados com minoria divulgam mais informação financeira na Internet.*

### **Despesas de capital**

As despesas de capital não têm sido muito estudadas nos trabalhos relacionados com a divulgação de informação financeira na *Internet*. No entanto, pensamos que no âmbito de uma maior transparência, poderá existir uma necessidade de publicar informação, no sentido de explicar aos cidadãos de que formas foram financiadas as despesas de capital.

Cárcaba & García (2008) afirmam existir algum interesse em divulgar este tipo de informação pelo simples facto de ser benéfico, em termos políticos, e também demonstrar uma capacidade em divulgar informação detalhada e proveitosa para o contribuinte. Este aspeto realça a importância do estudo conduzido por Rosemberg (1992) onde afirma que durante o período pré-eleitoral, as despesas apresentadas pelos Governos Locais desviam-se cerca de 20% dos valores considerados normais. Em alguns estudos é enaltecida a importância da redução dos custos, ou despesas. Desta forma, percebemos que é dada ênfase ao fator político e as suas vantagens em divulgar a despesa de capital realizada pelo município.

Neste sentido, definimos a seguinte hipótese:

- **H4:** *Há uma relação positiva entre a despesa de capital e a divulgação da informação financeira na Internet.*

### **Endividamento**

O financiamento das atividades públicas poderá ser efetuado através do recurso ao endividamento por parte dos municípios. No caso português, como estipula a Lei das Finanças Locais, o limite do endividamento líquido municipal estabelece-se em 125% do montante das receitas (Fernandes, 2007). Não obstante o controlo legislativo, desempenhado pela Assembleia da República e o controlo técnico efetuado pelo Tribunal de Contas, cabe também aos cidadãos e credores o controlo das atividades dos municípios (Zimmerman, 1977). Desta forma, será espectável que o recurso aos mercados de capitais seja um fator que influencie a partilha da informação (Rueda, 2007).

Vários estudos concluem que, a dívida se relaciona positivamente com a revelação de informação por parte das AL (Ingram & Copeland, 1982). Por exemplo, Gore (2004) obteve resultados idênticos, acrescentando um aspeto relevante das AL que utilizem, de forma habitual, o financiamento através dos mercados mas também aquelas que acedem a outros tipos de financiamentos, como por exemplo as entidades bancárias. Ou seja, os municípios que apresentam um nível satisfatório de informação são aqueles que menos recorrem ao financiamento externo. Também partilham da mesma opinião Ingram (1984), Ingram & DeJong (1987) com uma análise focalizadas nas práticas de divulgação da informação pelas AL. Também, Evans & Patton (1987), Rueda (2007) e Cárcaba & García (2008) chegaram à conclusão que existe uma relação entre o endividamento dos municípios e a divulgação de informação financeira.

Tendo em consideração os vários estudos, estabelecemos a seguinte hipótese:

- **H5:** *Há uma relação positiva entre o endividamento líquido e a divulgação da informação financeira na Internet.*

### **Total transferências**

Ingram (1984) e Christianes *et al.* (2004) apresentam uma relação positiva entre a divulgação da informação com as transferências de verbas efectuadas pelos Governos Centrais. Existe um controlo por parte do Estado, pois o elevado nível de dependência tende a aumentar a divulgação de informação. Uma vez que existem restrições estabelecidas, o Governo monitoriza as divulgações dos relatórios financeiros. No entanto, Giroux & McLelland (2003) defendem que, se a natureza das transferências se equipara a subsídios intergovernamentais, ou seja, por exemplo

Fundos Comunitários, retribuição da participação no IRS, existe uma relação negativa perante a divulgação de mais informação financeira.

- **H6:** *Existe uma relação negativa entre as transferências do Governo Central e a divulgação de informação financeira na Internet.*

### **Receitas totais**

A forma encontrada, por parte de diversos autores, para mensurar a riqueza obtida pelos municípios consubstanciou-se na análise das receitas próprias per-capita (e.g. Zimmerman, 1977; Ingram, 1984; Robbins & Austin, 1986; Evans & Patton, 1987). Christiaens (1999) refere que a maior capacidade dos municípios para arrecadar receita influencia a qualidade dos relatórios de prestação de contas. Isto é, em termos da contabilidade de gestão nota-se uma melhoria no desempenho das apresentações dos relatórios de gestão.

As receitas totais incorporam as receitas de cariz fiscal, ou seja, os impostos e taxas municipais. Assim, Cabedo& Archidona (2007) e Rueda (2007) asseguram existir uma contrapartida interessante para os políticos locais que consiste em obter uma possibilidade de reeleição se verificarmos uma redução das taxas e impostos municipais.

De modo geral, a literatura indica uma relação positiva entre as receitas totais e as práticas de divulgação da informação financeira na *Internet* pelas AL.

De acordo com estas afirmações, definimos a seguinte hipótese:

- **H7:** *Existe uma relação positiva entre as receitas totais e a divulgação de informação financeira na Internet.*

Numa tentativa de melhorar o modelo que será apresentado, serão introduzidas algumas variáveis de controlo. Desta forma, serão incluídas o número de funcionário dos municípios e a taxa de participação nas últimas eleições municipais. Este procedimento é normalmente utilizado nos vários estudos internacionais.

Na tabela seguinte apresenta-se para as diferentes hipóteses, as variáveis que serão utilizadas, a sua designação e suporte, bem como a relação que se espera que apresentem.

**Tabela 1**  
*Hipóteses, variáveis e relação esperada*

Hipóteses	Variáveis	Designação e suportes	Relação esperada
H1 População (LnPOP)	População do município no ano de 2011	Logaritmo da população	+
H2 Ideologia política (IDEO_POL)	Resultado eleitorais autárquico 2009 (CM), identificando a cor política.	1 Partido de direita, 0 Partido de esquerda	-
H3 Competitividade política (COMP_POL)	Resultado eleitorais autárquico 2010 (AM), verificando a obtenção de maioria nas eleições.	1 maioria, 0 minoria	+
H4 Despesas de capital (DESP_CAP_cap)	Total das despesas de capital	D.L. n.º26/2002 de 14 de fevereiro	+
H5 Endividamento líquido (END_LIQ_cap)	Endiv. Liq. = Passivo Liquido - Ativo Liquido	Lei das Finanças Locais	+
H6 Total Transferências (TRANSF_cap)	Transferências do Governo Central		-
H7 Receitas Totais (RECE_TOT_cap)	Receitas Totais		+

### 3.3. Técnica adotada na recolha e tratamento dos dados, composição da amostra

O procedimento de recolha de dados conta com a particularidade de distinguir os municípios divulgadores, assim como os municípios não divulgadores. Para isso, a necessidade de identificar as 308 páginas eletrónicas, que desta forma compõem a nossa população, é o primeiro passo da recolha de informação. Após essa recolha, o desenho do modelo de análise atribui particular importância à lista de documentos que cada município deve apresentar. A designação de subíndices de divulgação por categorias permite classificar os dados recolhidos dos documentos de prestação de contas anuais dos municípios.

Os autores que se debruçaram sobre o tema geral da divulgação de informação, tanto no setor privado como no setor público, contribuíram para uma técnica de análise focalizada na quantificação dos documentos de natureza contabilística, divulgados num determinado período. Rueda (2007), Cabedo & Archidona (2007), Cárcaba & García (2008), Yu (2010), Bakar & Saleh (2011), Martani & Liestiani (s/d) foram, de entre outros, os principais impulsionadores da implementação do método quantitativo, neste tipo de estudos.

A recolha dos dados será feita nos sítios de *Internet* oficiais dos municípios. Em Portugal, o estudo da divulgação da informação financeira na *Internet* tem sido pouco estudado pelos académicos, bem como por parte dos Organismos Reguladores, nomeadamente o Governo, o Tribunal de Contas. Apenas a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) dá ênfase à divulgação da informação financeira por parte dos municípios, através da publicação de um Anuário Financeiro dos municípios Portugueses. No entanto, não faz uma análise, considerando a informação divulgada na *Internet*.

Neste sentido, a amostra conta com um total de 256 municípios (83,12%), dado serem os que divulgam informação financeira. No caso em que não se verifique as condições acima expostas os municípios foram retirados e identificados como não divulgadores (52 representando 16,88%).

### **3.3.1. Estruturação do índice**

Após a recolha de dados dos Relatórios de Contas e de Gestão divulgados pelos municípios, referente aos anos de 2010, calculamos o índice de divulgação. No âmbito do estudo, o índice de divulgação permite analisar o nível de divulgação de informação apresentada nos respetivos *websites* dos municípios. Tal como já referimos, aqueles que não partilham qualquer tipo de informação, no ano 2010, foram excluídos da amostra.

Os documentos são classificados em cinco categorias, o que nos permite afinar a precisão dos resultados finais. Assim, o índice de divulgação é constituído por 36 itens no total. As categorias principais ou subíndices de divulgação são:

**1. Divulgação de Informação Orçamental (DIO):** 1 – Orçamento; 2 – Mapa controlo orçamental da despesa; 3 – Mapa controlo orçamental da receita; 4 – PPI; 5 – Mapa de execução do PPI; 6 – Mapa fluxos de caixa; 7 – Mapa das contas de ordem; 8 – Mapa de operações de tesouraria; 9 – Modificações do orçamento – Receitas; 10 – Modificações do orçamento – Despesas; 11 – Modificações do PPI; 12 – Contratação administrativa - Situação dos contratos; 13 – Mapa das transferências corrente – Despesas; 14 – Mapa das transferências capital – Despesas; 15 – Mapa das transferências corrente – Receitas; 16 – Mapa das transferências capital – Receitas; 17 – Mapa subsídios concedidos; 18 – Mapa subsídios obtidos;

**2. Divulgação de Informação Financeira e Patrimonial (DIFP):** 19 – Balanço; 20 – Demonstração de resultados; 21 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados; 22 – Mapa amortizações;

**3. Divulgação de Informação de Gestão (DIG):** 23 – Empréstimos; 24 – Mapa sobre outras dívidas a terceiros; 25 – Relatório de gestão;

**4. Divulgação de Outra Informação (DOI):** 26 – Relação nominal dos responsáveis e montantes; 27 – Caracterização da entidade; 28 – Guia de remessa; 29 – Ata da reunião em que foi discutida e votada; 30 – Norma do controlo interno e suas alterações; 31 – Resumo diário de tesouraria; 32 – Síntese das reconciliações bancárias; 33 – Mapa de fundo de maneo;

**5. Divulgação de Informação dos Anos Anteriores (DIAN):** 34 – Ano de 2007; 35 – Ano de 2008; 36 – Ano de 2009.

Cada item, associado às respetivas categorias, é identificado como variável dicotómica. Para cada um deles, é necessário distinguir entre documentos divulgados e não divulgados. Assim, quando o item é divulgado a variável toma o valor 1; se o documento não é divulgado toma o valor 0.

O valor do índice global, para cada município, é determinado pelo quociente entre o total de itens divulgados pelos municípios da amostra e a soma de todos os itens que constituem o índice de divulgação global. Na determinação do índice global, procede-se ao cálculo de um quociente, pelo que quanto mais próximo de 1 se encontrar, maior será a divulgação feita pelo município.

### 3.3.2. Especificação do modelo de Poisson

Procura-se de seguida desenvolver um modelo de regressão de *Poisson*. O modelo descreve uma relação entre o conjunto de variáveis quantitativas independentes, e uma variável dependente, também ela quantitativa e neste caso representada pelo Índice de Divulgação de Global (IDG).

Também serão apresentados modelos para o Índice de Divulgação Orçamental (ID\_DIO) e Índice de Divulgação Financeira e Patrimonial (ID\_DIFP), pois, são os que podem evidenciar uma maior preocupação dos municípios em divulgar este tipo de informação.

Neste sentido, para a consecução do objetivo definido neste estudo, iremos testar o modelo de regressão de *Poisson*, para a informação dos municípios divulgadores.

O modelo a testar será o seguinte:

$$\hat{IDG}_{it} = \exp(\beta_0 + \beta_1 \ln POP + \beta_2 IDEO\_POL + \beta_3 COMP\_POL + \beta_4 DEP\_CAP\_cap + \beta_5 END\_LIQ\_cap + \beta_6 TRANSF\_cap + \beta_7 RECE\_TOT\_cap)$$

## 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES

### 4.1. Resultados da estimação do modelo

De seguida, apresentamos a estimação do modelo para 255 municípios da amostra, isto devido ao facto de ter sido retirado um município por ser considerado como *outlier* (Tabela 2). Para um aprofundamento dos resultados obtidos para o índice global, foram, tal como já referimos, efetuadas estimações para os vários subíndices de divulgação. Depois de verificar os resultados obtidos para as cinco categorias de índices, apenas apresentaremos os mais importantes, que são os relacionados com a informação orçamental e a informação patrimonial.

**Tabela 2**  
*Ajuste do modelo*

	IDG	ID_DIO	ID_DIFP
N.º Obs.	255	255	255
Log pseudolikelihood	-983,07762	-849,95153	-420,54855
Wald chi2(9)	17,39	16,17	20,41
Prob > chi2	0,0429	0,0633	0,0156
Pseudo R2	0,0197	0,0183	0,0034

Numa análise à Tabela 2, constatamos que o número de observações é idêntico para ambos os modelos. O que é importante realçar é o nível de significância de cada categoria. Conforme se pode observar, para um nível de significância de 5% os modelos, denominados por IDG e ID\_DIFP, apresentam valores estatisticamente significativo. Em contrapartida o modelo ID\_DIO apresenta um nível de significância para 10%.

Em relação aos resultados estimados através da regressão de *Poisson*, constatamos que, tanto o sinal da relação das variáveis explicativas em relação à variável dependente como os níveis de significância são semelhantes.

Podemos observar, pela análise à Tabela 3, que para além da variável POP, também as variáveis IDEO-POL, END\_LIQ\_cap se apresentam como fatores explicativos da divulgação de informação financeira pelos municípios na *Internet*. No que respeita à divulgação de informação orçamental, as variáveis que apresentam significância estatística são POP, END\_LIQ\_cap. No que concerne à informação patrimonial, é retirada a variável END\_LIQ\_cap. De forma geral, as relações verificadas na regressão de *Poisson* entre as variáveis dependentes e independentes são idênticas.

**Tabela 3**  
*Resultados da regressão de Poisson: parâmetros e significância estatística.*

	IDG	ID_DIO	ID_DIFP
LnPOP	3,03 (0,002)**	3,02 (0,002)**	3,03 (0,002)**
IDEO_POL	-1,67 (0,095)***	-1,34 (0,18)	-1.20 (0.230)
COMP_POL	-0,03 (0,978)	-0,03 (0,977)	0.48 (0.631)
DEP_CAP_cap	0,64 (0,523)	0,65 (0,513)	0.90 (0.369)
END_LIQ_cap	1,99 (0,047)**	2,01 (0,044)**	1.08 (0.278)
TRANSF_cap	-0,4 (0,692)	-0,31 (0,757)	-0.46 (0.645)
RECE_TOT_cap	0,15 (0,884)	-0,13 (0,9)	0.03 (0.975)

\* Nível de significância 0,1. \*\* Nível de significância 0,05. \*\*\* Nível de significância 0,01

#### 4.2. Discussão das hipóteses

Para validar os resultados que obtivemos com a estimação dos vários modelos, procedemos, de seguida, à discussão das hipóteses definidas no ponto 3.2, tentando validá-las, tendo por base os resultados obtidos pelos vários autores, apresentados aquando da revisão de literatura. Alguns estudos revelam uma relação positiva entre a população e o nível de divulgação da informação financeira, tais como Christiaens (1999), Laswad *et al.* (2001), Christiaens *et al.* (2004), Rueda (2007), Cárcaba & García (2008) e Yu (2010). Na maioria dos estudos presentes na literatura, esta variável é interpretada como uma forma de mensurar o tamanho dos municípios. Neste sentido, consideramos que os municípios com uma dimensão populacional elevada devem divulgar informação de forma mais frequente. Segundo o estudo de Ryan, *et al.* (2002), os municípios de grande dimensão revelam maior capacidade de apresentar relatórios de prestação de contas de qualidade. Neste sentido, tendo por base os resultados obtidos na estimação, poderemos, tal como os autores anteriormente apresentados, **validar a hipótese  $H_1$** .

Segundo Coelho (2004), os partidos políticos com ideologia de direita são mais conservadores e não têm por norma divulgar informação financeira, tanto quanto os partidos de esquerda. Assim, a relação negativa que se verifica entre a ideologia de direita e a divulgação de informação é confirmada. Na medida em que na maioria dos municípios verifica-se a tomada de posse de partidos de direita, o nível de divulgação de informação financeira na *Internet* entra nos parâmetros satisfatórios. Com isto, a relação negativa nos modelos apresentados, valida este fator explicativo, embora denotando um nível de significância estatística apenas para o modelo geral da

divulgação da informação financeira. Por falta de reconhecimento no contexto dos estudos da literatura sobre a divulgação de informação, podemos verificar que Piotrowski & Ryzin (2007) concluiu com uma relação negativa entre a transparência dos municípios e a ideologia política. Os resultados dos autores supracitados são idênticos àqueles que foram obtidos no nosso estudo, o que nos permite concluir que os partidos de direita parecem divulgar menos informação financeira na *Internet*, o que **valida a hipótese  $H_2$** .

A relação entre a divulgação da informação financeira e o endividamento dos municípios tem, na esmagadora maioria, revelado sinal positivo. Assim, tal como nos estudos de Zimmerman (1977), Evans & Pattion (1987), Laswad *et al.* (2001), Cabedo & Archidona (2007) e Cárcaba & García (2008) também nós **corroborámos a hipótese  $H_5$** . Neste contexto, endividamento apresenta-se como um fator importante, o que permite constatar que um município endividado não deixa de divulgar mais informação. Este aspeto poderá eventualmente ser explicado pela pressão que os credores fazem sobre os municípios, o que poderá levá-los a divulgar informação, na tentativa de lhe mostrar que terão capacidade para cumprir os seus compromissos.

Os resultados obtidos não nos permitem validar as hipóteses  $H_3$ ,  $H_4$ ,  $H_6$  e  $H_7$ . Mas podemos observar que a divulgação de informação patrimonial apresenta uma relação positiva com competitividade política. Este resultado está de acordo com os obtidos por Ingram (1984), Christiaens *et al.* (2004), Rueda (2007) e ainda Cárcaba & García (2008). Em termos de despesas de capital, Zimmerman (1977) e Cárcaba & García (2008) obtiveram evidência empírica da relação existente entre a divulgação da informação financeira e as despesas de capital. São ainda consistentes com os resultados obtidos por Robbins & Austin (1986) defenderem uma relação negativa da divulgação da informação e as receitas intergovernamentais, de igual modo entre a informação orçamental e as receitas totais. Apesar de Ingram (1984), & McLelland (2003), Cabedo & Archidona (2007), Yu (2010) e Martani & Liestiani (s/d), que sustentam haver uma relação positiva entre a divulgação de informação e as receitas dos municípios.

## 5. CONCLUSÕES

Durante muitos anos, a informação em formato papel sobrepôs-se a qualquer outra forma de divulgar a informação financeira. Mas, nas últimas décadas, com a introdução da *New Public Management* e o desenvolvimento das TIC, a divulgação da informação financeira foi reconhecida como cada vez mais importante, nomeadamente como boa prática de transparência e promoção da responsabilização na AP. Neste contexto, foram-se desenvolvendo alguns estudos na investigação em contabilidade, nomeadamente sobre relato financeiro na *Internet*, sobretudo no setor privado, existindo já alguns também no setor público, em concreto nos municípios. Alguns destes estudos abrangeram possíveis fatores explicativos dos diferentes níveis de divulgação da informação na *Internet* pelos municípios. Em Portugal, porém estes estudos são praticamente inexistentes.

As vantagens da utilização das TIC, e mais propriamente da *Internet*, parece conduzir ao facto dos canais de comunicação serem alvo de estudo, tomando-se também em linha de conta o impacto da informação divulgada perante os seus utilizadores. O fenómeno da modernização da contabilidade pública manifesta-se na dimensão nacional e internacional. O desenvolvimento do processo de modernização teve origem nas limitações que oferecia o sistema tradicional, dando o lugar a uma contabilidade pública, próxima da empresarial, no âmbito da *New Public Management*. A conjuntura de cada nação faz com que exista um ambiente mais ou menos favorável à introdução de reformas, devido aos fortes estímulos e ausência de barreiras em prol

de uma implementação significativa. Países como o Reino Unido, Suécia e Espanha, primam pelas reformas administrativas devido a fortes estímulos e a ausência de obstáculos para as diferentes implementações. Pelo contrário, a Finlândia, França, Itália e Alemanha demonstram-se mais céticos perante a inovação dos métodos, bem como a modernização do processo de divulgação. Portugal situa-se numa fase de transição.

A estratégia adotada em prol de uma harmonização da contabilidade pública permite a obtenção de mais informação por parte das entidades locais, embora o meio de divulgação pela *Internet* não apresente uma utilização ainda unânime. Mas, como forma de alerta podemos enfatizar a crise atual, que revela a importância da informação divulgada pelo Governo perante os agentes externos. Sabendo que, o potencial da divulgação da informação financeira pelos municípios, de forma digital, tende a centrar-se nos cidadãos, e na sociedade em geral.

O estudo da divulgação de informação financeira na Internet, efetuada a 256 municípios portugueses, pretendeu mensurar o nível de divulgação da informação, bem como a diferenciação do nível de divulgação por categorias de informação. Pretendeu-se, tendo por base o referido anteriormente, perceber quais os determinantes que influenciam a divulgação da informação na *internet*. Este estudo permitiu chegar às conclusões a seguir expostas.

No contexto do nível da divulgação de informação financeira, pelos municípios na *Internet*, a nossa análise preconiza um nível de divulgação na ordem dos 65%. Isto significa que em média, os municípios portugueses divulgam 23 documentos num total de 36, que compõem o nosso índice de divulgação. De igual modo, avaliou-se o nível de divulgação da informação por categorias, concluindo que tal como para com o Índice Global, a informação que é divulgada manifesta-se a um nível satisfatório. De uma forma mais precisa, a informação patrimonial e de gestão apresentam um nível de divulgação na ordem dos 87% e 83% respetivamente. Podemos assim concluir que, a informação patrimonial se destaca das outras duas principais categorias, isto pelo facto dos documentos que compõem esta categoria serem muito importante no âmbito da prestação de contas, nomeadamente o balanço e a demonstração de resultados.

No que concerne ao modelo relacionado com os fatores determinantes da divulgação da informação financeira na Internet, constatámos que as variáveis validadas foram as seguintes, a população, o endividamento líquido e a ideologia política. Desta forma poderemos referir, em relação aos determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses, apuraram-se as conclusões seguintes: os municípios com uma dimensão populacional e um endividamento líquido elevado divulgam mais informação. Em relação aos aspetos políticos constata-se que quando o partido que está em exercício é de direita, se denota um fraco nível de divulgação da informação. Isto para o modelo definido através do Índice Global.

No que se refere aos índices orçamental e patrimonial, as conclusões vão de encontro com o que se verifica para o Índice Global.

Finalmente, o balanço que podemos fazer em termos de divulgação de informação é que, no futuro, é necessário dar mais importância à informação financeira divulgada pelos municípios, bem como tornar acessível a todos os municípios, uma melhor perceção de uma Sociedade de Informação globalizada.

No que concerne às limitações deste estudo, realçamos o facto de apenas termos estudado um ano, bem como o número limitado de variáveis incluídas no modelo. Neste sentido, em investigações futuras poderá alargar-se o período de estudo (série

temporal de 5 anos) e poderão ser incluídas no modelo outras variáveis, de índole externa, tais como o nível de literacia da população, o número de meios de comunicação (jornais, rádio, etc.) e a pressão feita por grupos de interesse. Será também interessante a utilização de modelos de análise de dados em painel, para a estimação do modelo.

## REFERÊNCIAS

- Alcaide, L., Garde, R., Rodríguez, M. P., & López Hernández, A. M. (s/d). *Incentivos financieros en la divulgación de información financiera en el sector público: Un estudio meta-analítico*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 28 de dezembro, 2011, do [http://www.aeca.es/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/93f.pdf](http://www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/93f.pdf)
- Allen, A., & Sanders, G. (1994). Financial disclosure in US municipalities: Has the governmental accounting standards board made a difference? *Financial Accounting & Management*, Vol.10(3), pp. 175-193.
- Baber, W. R. (1983). Toward understanding the role of Auditing in the public sector. *Journal of Accounting and Economics*, Vol.5, N.º3, pp. 213-227.
- Baber, W., & Sen, P. (1984). The role of generally accepted reporting methods in the public sector: An empirical test [Abstract]. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.3, Issue 2, pp. 91-106.
- Bailoa, S., & Silva, P. (2007). O capital intelectual na administração pública. Uma análise a partir das páginas de Internet das autarquias portuguesas. Dialnet. Acedido fevereiro 12, 2012, em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2234495>
- Bakar, N., & Saleh, Z. (2011). Incentives for Disclosure of Accounting Information in Public Sector: A Literature Survey. *International Research Journal of Finance and Economics*, Issue 75, pp. 24-38.
- Benito, B., Brusca, I., & Montesinos, V. (2007). The harmonization of government financial information systems: the role of the IPSASs. *International Review of Administrative Sciences*, Vol.73(2), pp. 293-317.
- Brusca, I., & Montesinos, V. (2006). Are citizens significant users of government financial information? *Public Money & Management*, Vol.26(4), pp. 205-209.
- Caba, C., & López, A. M. (2009). Governmental financial transparency in MERCOSUR member countries. *International Review of Administrative Sciences*, Vol.75(1), pp. 169-181.
- Cabedo, J. L., & Archidona, M. C. (2007). Determinants of web site information by Spanish city councils. *Online Information Review*, Vol.32(1), pp. 35-57.
- Cárcaba, A., & García, J. (2003). La información financiera en internet de las corporaciones locales europeas. *Partida Doble*, N.º144, pp. 56-69.
- Cárcaba, A., & García, J. (2008). Determinantes de la divulgación de información contables a través de Internet por parte de los gobiernos locales. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, Vol.37, n.º137, pp. 63-84.
- Coelho, C. A. (2004). *Ciclos político-económicos e o poder local*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão, Braga.

- Coombs, H., & Tayib, M. (1998). *Developing a Disclosure Index for Local Authority Published Accounts – A Comparative Study of Local Authority Published Financial Reports Between the UK and Malaysia*. Acedido em 25 de outubro, 2012, The Osaka City University Media Center, Accounting Auditing & Accountability Journal: <http://www3.bus.osaka-cu.ac.jp/apira98/archives/paper22.htm>
- Christiaens, J. (1999). Financial accounting reform in Flemish municipalities: An empirical investigation. *Financial Accountability & Management*, Vol.15(1), pp. 21-40.
- Christiaens, J., Windels, P., & Vanslembrouck S. (2004). Accounting and management reform in local authorities: A tool for evaluating empirically the outcomes. [Working Paper N.º277]. *Universiteit Gent – Faculteit Economie en Bedrijfskunde*, Gent
- Dawes, S. (2010). Stewardship and Usefulness: Policy principles for Information-based transparency. *Government Information Quarterly*, Vol.27, Issue 4, pp. 377-383.
- Evans, J., & Patton, J. (1987). Signalling and monitoring in public sector accounting. *Journal of Accounting Research*, Vol. 25 (Suppl.), pp. 130-158.
- Falkman, P., & Tagesson, T. (2005). *The compliance with standards in Swedish municipal accounting*, conference paper presented at the 28th European Accounting Association Congress, Gothenburg, Sweden, 2005.
- Fernandes, M. J. (2007). Contribuição da informação contabilística para a tomada de decisão na administração pública autárquica: controlo do endividamento líquido. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol.5, N.º8, pp. 67-96.
- Fuertes, I. (2001). *La comparabilidad de la información contable pública en la unión europea*. Dissertação de Doutoramento, Facultat de ciències jurídiques i econòmiques – Universitat Jaume I de Castelló, Espanha.
- Giroux, G., & McLelland, A. (2003). Governance structure and accounting at large municipalities. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.22, pp. 203-230.
- Gore, A. (2004). The effects of GAAP regulation & bond market interaction on local government disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.23, pp. 23-52.
- Ingram, R. (1984). Economic incentives and the choice of state government accounting practices. *Journal of Accounting Research*, Vol.22, N.º1, pp. 126-144.
- Ingram, R. W. (1986). Tests of the fund accounting model for local governments. *Contemporary Accounting Research*, Vol.3, N.º1, pp. 200-221.
- Ingram, R., & Copeland, R. (1982). Municipal market measure and reporting practices: An extension. *Journal of Accounting Research*, Vol.20, pp. 766-772.
- Ingram, R., & DeJong, D. (1987). The effect of regulation on local government disclosure practices. *Journal Accounting and Public Policy*, Vol.6, pp. 245-270.
- Ismail, S., & Bakar, N. B. (2010). *Annual reports of Malaysian public universities: The extent of compliance and accountability*, conference paper presented at the 6th Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference, University of Sydney, Australia, 2010.

- Johansson, T., & Siverbo, S. (2009). Explaining the utilization of relative performance evaluation in local government: a multi-theoretical study using data from Sweden. *Financial Accountability & Management*, Vol. 25(2), pp. 197-224.
- Laswad, F., Fisher, R., & Oyelere, P. (2001). Public Sector Financial Disclosure on the Internet: A study of New Zealand local authorities [Discussion Paper N.º92]. *Lincoln University, Canterbury, Commerce Division*.
- Leandro, C., Muñoz, L., & Sánchez, R. (s./d.). *Divulgación de información financiera gubernamental mediante sitios web en los países de Centroamérica*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 21 de novembro, 2011, do [http://personales.ya.com/aeca/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/116f.pdf](http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/116f.pdf)
- Lourenço, R., Jorge, S., & Sá, P. (2010). Transparência nas Câmaras Municipais Portuguesas: informação divulgada nos sítios da Região Centro. In: 10ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação (CAPSI 2010), 20 a 22 de outubro, Viana do Castelo, Portugal, 2010
- Lourenço, R., Jorge, S., Sá, P., & Rolas, H. (2011). *Transparência financeira das Autarquias Locais: informação disponibilizada nos sítios Web*. Recuperado em 15 novembro, 2011, do INESC – Coimbra, Educational Leadership and Research Web site: <http://www.inescc.pt/pubinter.php>
- Martani, D., & Liestiani, A. (s/d). *Disclosure of local government financial statement in Indonesia*. University of Indonesia, Accounting Department.
- Marti, C., Royo, S., & Acerete, B. (2009). *Disclosure of indicators in the annual accounts of Spanish municipalities*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 28 de dezembro, 2011, do [http://personales.ya.com/aeca/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/47f.pdf](http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/47f.pdf)
- Piotrowski, S., & Ryzin, G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration*, Vol.37, n.º3, pp. 306-323.
- Robbins, W., & Austin, K. (1986). Disclosure quality in governmental financial reports: An assessment of the appropriateness of a compound measure. *Journal of Accounting Research*, Vol.24, N.º2, pp. 412-421.
- Rodríguez, M. P., Caba, C., & López, A. M. (2006). Cultural context and governmental digital reporting. *International Review of Administrative Sciences*, Vol.72(2), pp. 285-307.
- Rosemberg, J. (1992). Rationality and the political business cycle: The case of local government. *Public choice*, Vol.73, pp. 71-81.
- Rueda, M. M. (2007). *Publicación de información financiera en Internet. Un modelo de ecuaciones estructurales aplicado a las entidades locales*. Dissertação de doutoramento não publicada, Facultad de ciencias económicas y empresariales, Saragoça.
- Ryan, C., Stanley, T., & Nelson, M. (2002). Accountability Disclosures by Queensland local Government councils 1997-1999. *Financial Accountability & Management*, Vol.18(3), pp. 261-289.

- Serrano Cinca, C., Rueda Tomás, M., & Portillo Tarragona, P. (2008 a).Determinants of e-government extension. *Online Information Review*, Vol.33, N.º3, pp. 476-498.
- Serrano Cinca, C., Rueda Tomás, M., & Portillo Tarragona, P. (2008 b).Factors influencing e-disclosure in local public administrations. *Environment and Planning C: Government and Policy*, Vol.27(2), pp. 355–378.
- Yu, H. (2010). *On the Determinants of Internet-based Disclosure of Government Financial*.Documento apresentado Management and Service Science (MASS) International Conference, agosto, Wuhan. Disponível em [http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs\\_all.jsp?arnumber=5576822&tag=1](http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs_all.jsp?arnumber=5576822&tag=1)
- Zimmerman, J (1977). The municipal accounting maze: na analysis of political incentives. *Journal of Accounting Research*, Vol.15 (Suppl.), pp. 107-144.